

equatorial
ENERGIA

EQUATORIAL TRANSMISSORA 4 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 26.845.393/0001-28

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração de Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. ("Companhia" ou "SPE 04"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício dessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **1. Mensagem do Presidente.** Em 2022 a Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. teve um desempenho financeiro e operacional satisfatório, com resultados nos empreendimentos 100% operacionais. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receta Anual Permitida) das SPEs de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 9,4% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R\$ 1.197 bilhões. Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário consolidado de R\$ 1.818 bilhões, aumento de 8% em relação ao exercício anterior. Como citado anteriormente, iniciamos o ano com todos os empreendimentos 100% operacionais, por isso, nossos investimentos foram bem inferiores em comparação aos anos anteriores, atingindo a marca de R\$ 26 milhões em transmissão e R\$ 103 milhões em renováveis, focados, principalmente, nos termos de contratos de engenharia, compensações ambientais e negociações fundiárias. Os resultados de 2022 foram bastante animadores, mas os desafios não acabaram por isso. Ainda temos desafios a serem superados, como a necessidade de mais recursos disponíveis. Além disso, seguimos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede. Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados. **2. Cenário.** A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico 100% controlada indiretamente pela Equatorial Energia S.A., uma holding com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. atua exclusivamente no segmento de transmissão de energia elétrica, sendo responsável por transmitir a energia gerada e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, manutenção, operação e

ampliação de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13205-ANPEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) - 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão Igarapé III – Jauuba 3, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 257 km, com origem na Subestação Jaguari e II término na Subestação Jauuba 3; pela Linha de Transmissão Jauuba 3 - Presidente Juscelino, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 337 km, com origem na Subestação Jauuba 3 e término na Subestação Presidente Juscelino pela SPE Jauuba 3 500 kV O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia elétrica para os municípios da região, além de proporcionar condições adequadas de acesso às áreas rurais e melhorar a qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A linha atravessa 29 municípios dos estados de Minas Gerais e Bahia: Castêllo, Candiba, Guaraná, Pindal, Uruçu, Augusto de Lima, Boacaba, Buenópolis, Catuti, Engenheiro Naveira, Espinha, Francisco Sá, Glaucildineia, Gouveia, Jauuba, Joaquim Felício, Juramento, Mamonas, Mato Verde, Monjole, Montes Azú, Montes Carles, Nova Porteira, Olhos-D'Água, Passagem, Patos, Pedra Branca, Petropolis, Planalto, São João del-Rei, São José do Rio Preto, Santa Rita de Minas, Saramirama, Serra Negra, Sítio do Bonfim, Taboão, Teófilo Otonari, Três Lagoas, União do Sul, Várzea Grande, Veríssimo e Permutita (RAP da Companhia é de R\$ 246,4 milhões (valores de julho/2022), atualizado anualmente pelo INEEL Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de pesquisas homologatárias emitidas pela ANEEL). Os serviços de construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão e subestação levam o benefício social do REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, que concede a redução de 10% no Imposto de Renda sobre o lucro líquido das empresas concessionárias de serviços públicos ou Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme AB Declaratório Executivo DPF nº 62, de 1º de agosto de 2017. **Anexo do Projeto.** A SPE 04 está com todos os seus ativos em Operação desde 2020, recebendo a RAP (Receta Anual Permitida) integralmente no contrato de concessão. As obras entraram em Operação Comercial em 2 etapas. O primeiro trecho entrou em operação com 05 de novembro de 2020, o que corresponde a 51% da RAP. O segundo trecho entrou em Operação Comercial em 25 de novembro de 2021, completando 100% de ativos em Operação.

Capítulo Especial, 4. Investimentos. Os investimentos em 2022 totalizaram R\$ 27,5 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias. **5. Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida.** Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2022 foi de R\$ 310,03 milhões. **Custos e despesas operacionais.** Os custos e despesas operacionais em 2022 foram de R\$ 276,00 milhões. **Custos e despesas operacionais gerenciais.** Em 2022, o total de custos e despesas gerenciais da Companhia, representados pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSCO, excetuando as provisões para contingências, atingiram R\$ 2,61 milhões. **EBITDA.** Em 2022, o EBITDA foi de R\$ 31,03 milhões. **Imposto de Renda.** O imposto de renda pago em 2022 foi de R\$ 1,03 milhão. **Imposto de Renda e Contribuição Social.** Em 2022, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R\$ 41,89 milhões. **Lucro líquido.** Em 2022, a Equatorial Transmissão e SPE S.A. apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 142,07 milhões. **Endividamento.** No fechamento de 2022, o endividamento total da Companhia foi de R\$ 1,03 bilhão, com uma redução de R\$ 1,03 bilhão em relação ao fechamento de 2021. O aumento do montante de vencimentos, com apenas 4,91% em curto prazo. **Relacionamento com auditores externos.** Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da LVI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo de Almeida e Carlos Tavares de Lima, Cristiane de Lima Logradini, Milton Costa Ferreira, Wladimir de Almeida e Paulo Roberto de Almeida, renunciaram ao cargo de membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo em 31 de dezembro de 2022 de (1) e (revisar, discutir e concordar, sem qualquer ressalva, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 29 de março de 2023 pela Ernst & Young Auditors Independentes S.S., a auditoria independente da Companhia, em relação às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social logo em 31 de dezembro de 2022).

Diretoria Executiva: Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente. Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor. Ailton Costa Ferreira - Diretor. Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor. Cristiano de Lima Logrado - Diretor. Geovane Ximenes de Lira - Superintendente de Contabilidade e Tributos - Contador CRC-PE012996-Q-3-S-MA.

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	154.681	193
Aplicações financeiras	6	46.879	176.702
Contas a receber de clientes		25.792	31.040
Serviços pedidos		655	–
Impostos e contribuições a recuperar		126	126
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		19.537	8.751
Adiantamento a fornecedores		1.404	–
Outras contas a receber		581	1.310
Ativos de contrato	8	279.056	306.773
Total do ativo circulante		510.711	524.895
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		947	947
Outras contas a receber		–	56
Intangível		1.335	1.381
Ativos de contrato	8	1.922.284	1.793.725
Total do ativo não circulante		1.924.566	1.802.109
Total do ativo		2.444.277	2.327.004

DO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		13.956	16.662
Empréstimos e financiamentos	9	47.931	-
Dividendos a pagar	7	9.562	16
Impostos e contribuições a recolher		3.125	3.569
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	10	7.254	1.292
PIS e COFINS diferidos	11	9.602	-
Encargos setoriais		1.747	1.030
Outras contas a pagar		3.061	2.731
Total do passivo circulante		96.638	25.300
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	1.095.618	1.061.777
PIS e COFINS diferidos	11	223.248	211.536
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	10	315.798	279.874
Total do passivo não circulante		1.634.665	1.553.287
Patrimônio líquido			
Capital social			
Reservas de lucro	14	209.694	209.694
	14	583.340	538.723
Total do patrimônio líquido		713.034	748.417
Total do passivo e patrimônio líquido		2.444.277	2.927.004

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021				
(Em milhares de Reais)				
		Nota	2022	2021
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	15		20.436	54.990
Receita de remuneração de ativo de contrato, líquida	15		289.600	266.758
Receita operacional líquida			310.036	321.748
Custo dos serviços prestados	16		(25.042)	(69.773)
Lucro bruto			284.994	261.975
Despesas gerais e administrativas	16		(2.559)	(5.914)
Outras despesas operacionais, líquidas			(53)	-
Total de receitas (despesas) operacionais			(2.612)	(5.914)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro			282.382	256.061
Receitas financeiras			30.456	5.105
Despesas financeiras			(128.869)	(137.702)
Resultado financeiro			(98.413)	(132.597)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			183.969	123.464
Imposto de renda e contribuição social - correntes			(6.131)	(1.427)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos			(35.765)	(34.886)
Impostos sobre o lucro			(41.896)	(36.313)
Lucro líquido do exercício			142.073	87.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Lucro
Saldos em 31 de dezembro de 2020		209.694	23.420	
Dividendos adicionais de 2020 distribuídos		–	–	
Lucro líquido do exercício				
Destinação do lucro:				
Constituição de reserva legal		–	4.076	
Constituição da reserva de incentivos fiscais		–	–	
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		–	–	
Realização da reserva de lucros a realizar		–	–	
Constituição de reserva para investimento e expansão		–	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		209.694	27.496	
Dividendos adicionais propostos 2021	14.2.e	–	–	
Lucro líquido do exercício				
Destinação do lucro:				
Constituição da reserva de incentivos fiscais	14.2.a	–	–	
Constituição de reserva legal	14.2.b	–	6.079	
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	13	–	–	
Constituição de dividendos intermediários	13	–	–	
Constituição de dividendos adicionais propostos	14.2.e	–	–	
Constituição de reserva para investimento e expansão	14.2.d	–	–	
Realização da reserva de lucros a realizar	14.2.c	–	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		209.694	33.575	

Reserva de a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimento e expansão	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
428.168	-	-	22.656	-	683.938
-	-	-	(22.656)	-	(22.656)
-	-	-	-	87.151	87.151
-	-	-	-	(4.076)	-
-	5.640	-	-	(5.640)	-
758 (9.663)	-	-	-	(774)	(16)
-	-	-	9.663	-	-
419.263	5.640	76.661	9.663	(76.661)	748.417
-	-	76.661	(9.663)	(9.663)	(9.663)
-	-	-	-	142.073	142.073
-	20.496	-	-	(20.496)	-
-	-	-	-	(6.079)	-
-	-	-	-	(1.155)	(1.155)
-	-	(76.661)	-	(81.170)	(157.831)
-	-	-	8.524	(8.524)	-
-	-	24.649	-	(24.649)	-
(8.807)	-	-	-	-	(8.807)
410.456	26.136	24.649	8.524	-	713.034

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	142.073	87.151
Ajuste para:		
Amortização	46	58
Margem da receita de construção	(8.088)	(6.928)
Remuneração de ativo financeiro	(319.119)	(293.948)
Receita de operação e manutenção	(16.302)	(3.198)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	126	15.112
Rendimentos de aplicações financeiras	(31.930)	(5.530)
PI e COFINS diferidos	2.131	23.837
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	6.314	1.427
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	35.765	34.886
	(44.832)	(10.833)
Variações em:		
Contas a receber de clientes	264.269	(5.951)
Impostos e contribuições a recuperar	-	(61)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(5.227)	(8.493)
Ativos de contrato	(1.354)	195.367
Adiantamento a fornecedores	(1.404)	8.120
Outros ativos circulantes	190	551
Fornecedores	(2.706)	(4.063)
Impostos e contribuições a recolher	(444)	838

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)		
	2022	2021
Receitas		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	24.529	66.167
Receita de remuneração de ativo de contrato	319.119	293.948
Receita de operação e manutenção	16.302	3.198
Outras receitas operacionais	8.142	8.142
	359.590	372.455
Insomus adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos de construção	(1.354)	(40.640)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.549)	(3.355)
Ativos de contrato - perda de realização	(15.087)	(18.599)
	(23.990)	(62.294)
Valor adicionado bruto	335.960	310.161
Amortização	(46)	(58)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	335.914	310.103
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	31.941	5.354
	31.941	5.354
Valor adicionado total a distribuir	367.855	315.457
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	4.932	4.890
	4.932	4.890
Tributos		
Federais	91.843	85.549
Estaduais	58	-
	91.901	85.549
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	125.278	137.572
Aluguéis	80	165
Outros	3.591	130
	128.949	137.867
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	90.849	-
Lucro líquido do período	51.224	87.151
	142.073	87.151
Valor adicionado	367.855	315.457

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Real)

Lucro líquido do exercício	2020/23	87.151
Total de outros resultados abrangentes	2020/23	87.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

nº 1598/2020), com validade até 25 novembro de 2020, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade. 12 Impactos da COVID-19: A Companhia não identificou efeitos financeiros e econômicos decorrentes da COVID-19 nas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Entretanto, a pandemia ocasionou impactos operacionais e comerciais significativos na Saneamento de Saúde (SMS), visando proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores, sendo retomado as suas atividades presenciais no segundo semestre de 2021. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos em suas operações e nas demonstrações contábeis. 13 Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia: Em 24 de fevereiro de 2022, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou uma emergência humanitária internacional existente entre estas potências. A invasão interrompeu o fluxo comercial já estabelecido e desviou parte da demanda importação de energia da Rússia para outros mercados e, recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa. Durante o exercício 2022, o petróleo russo foi excluído das operações da Companhia. Além disso, a Companhia também está avaliando o impacto da flutuação do câmbio, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a queda do dólar frente ao real foi de aproximadamente 7% em relação a 31 de dezembro de 2021. As ramificações desses eventos impactam as matrizes produtivas das economias globais por meio do aumento dos custos industriais e, paralelamente, hid um aumento quanto aos preços praticados no mercado interno. Isso pode gerar impactos negativos nos resultados operacionais e financeiros utilizados pela Companhia e redução do poder econômico da população. Todos esses efeitos estão sendo monitorados pela Companhia e foram considerados quando da revisão das estimativas contábeis e avaliação do valor justo do ativo financeiro em suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. 14 Despesas com Impostos: O Conselho de Administração aprovou em 21 de dezembro de 2021 a seguinte resolução: "A Companhia considerará contábeis preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas pelo Comitê de Contabilidade da Associação Brasileira de Empresas Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Autoridade Técnica OPCF nº 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, a Companhia também se une às orientações contábeis no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se une às orientações contábeis no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, a Companhia também se une às orientações contábeis nessa demonstração contábil foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2023. 22 Base

Outras contas a pagar

Juros pagos de empréstimos e financiamentos		18.930
Impostos pagos - IR e CSLL		(5.559)
		(2.965)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(30.524)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		178.786
Aquisição de ativo intangível		
(Aplicação) resgate sobre aplicações financeiras	161.753	(132.365)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento	161.753	(132.365)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos		
Dividendos pagos		(18.541)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(16.750)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(168.055)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	154.488	180
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		193
		13
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	154.681	193
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		

(a) Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorreria entre partes conhecedoras, dispostas a negociar, sob condições de mercado. O valor justo é determinado com base no melhor uso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que realiza as avaliações para revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com suporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação também realiza procedimentos de teste de auditoria para avaliar se tais avaliações estão sendo realizadas de acordo com as normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações disponíveis para a mensuração na seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) para ativos e passivos com ativos e passivos idênticos; **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e indiretamente para mensuração do valor justo não esteja disponível.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fecha-

1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar

e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), 2ª Etapa-Replicação, consistente na: (a) Linha de Transmissão (LT) Janaúba 3 - Igarapã

III, em 500 kV(*) – 257(*) knt; (b) LT Janaúba 3 - Presidente Juscelino, em 500 kV(*) – 337(*) km, e (c) Subestação Janaúba 3.500 kV(*). A Companhia tem prazo de duração equivalente ao prazo do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. (*) Não auditado.

1.1 **Contrato de concessão** O Contrato de Concessão nº 012/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de

de mensuração: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas. **23 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para a milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **24 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas

vas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente

Tópico	Nota explicativa	Descrição
--------	------------------	-----------

Ativos de contrato	nº 3.2 e 8	- Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão e - Estimativa sobre taxa aplicada para precificar os ativos de contrato.
Despesa operacional		Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de desempenho, entre outras de implementação de infraestrutura, regime

Receita operacional líquida n.º 3.1 e 15 de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção

Imposto de renda e contribuições sociais diferidos n.º 3.5.2 e 10 Estimativas das diferenças temporárias

das demonstrações contábeis que ocorrerem as mudanças, quando aplicável. Informações adicionais sobre as premisas utilizadas na mensuração dos valores estão incluídas na nota explicativa nº 17 - Instrumentos Financeiros. **3. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.12.2 - Normas emendas, mas não ainda vigentes. **3.1. Reconhecimento da receita:** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de performance ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) **Receita de implementação e melhoria de infraestrutura:** As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos. (b) **Receita de operação e manutenção**

(O&M): A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M inicia após o término da fase de construção. (a) *Demarcação das etapas de concessão:* Demarcação das etapas de concessão de uma concessão sobre as etapas de concessão.

tribuição. (c) Remuneração dos ativos da concessão: Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor inden-

Ativos financeiros e perdas						
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido incluindo juros ou receita de dividendos é reconhecido no resultado.					
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment decorrentes da deterioração dos ganhos e perdas cambiais e o impairment não reconhecido no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.					
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juro calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em resultado. Os resultados líquidos são reconhecidos na ORA e reclassificados para o resultado.					
Instrumentos passíveis a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos e os resultados são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em resultado e a ORA é nunchá sido reclassificada para o resultado.					
Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:	Oss passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, um derivativo ou por designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR estão sujeitos aos riscos e benefícios da alteração de preço resultante de alterações nos fluxos de caixa futuros. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. 3.7 Desreconhecimento: (a) Ativos financeiros: quando a Companhia transfere os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa do ativo expirou ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sob um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios; (b) Passivos financeiros: quando a Companhia transfere o direito legalmente executável de compensar os valores devido à intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.					
3.8 Capital social:	3.8.1 Ações ordinárias: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os lucros incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido líquido das despesas incorridas com as mesmas. 3.8.2 Distribuição de dividendos: Quando a Companhia declara dividendos, o balanço patrimonial de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/AIS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPAC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos (a serem pagos) e que estejam fundamentados em obrigação contratual de pagamento devem ser reconhecidos imediatamente antes da distribuição. O cálculo da distribuição de dividendos mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustados em termos reais no 1º artigo 2º da lei nº 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucro realizar no patrimônio líquido no encerramento do exercício. Dividendo adicional no mínimo obrigatório por ação de R\$ 0,90 foi declarado pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de maio de 2022. A Companhia decidiu não adotar interpretação nenhuma outra norma, interpretação ou alteração contábil em relação às mesmas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas p Companhia e respectivas impactos é apresentada a seguir:					
Revisão e Normas Impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impacto contábeis			
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Imobiliário biológico e produto agrícola; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros;	01/10/2021	01/01/2022	Sem impactos relevantes. Outras alterações do Procedimentos Brevemente Intendidos Usos, as receitas de vendas foram registradas no período de aplicação da norma, e os efeitos assim como os demais itens, não relevantes			
3.12 Nova Norma, alterações e interpretações ainda não vigentes: A partir de 1ª de janeiro de 2022 estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados anteriormente pela Companhia:						
Revisão e Normas Impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impacto contábeis			
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Novo Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável			
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e reconhecimento de custos de aquisição.	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Impacto relevante			
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento conjunto; CPC 19 – Avaliação de ativos não correntes; CPC 25 – Operações contíngentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	03/11/2022	01/01/2023	Não aplicável			
4. Assuntos regulatórios: A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão à RAP o valor correspondente às resoluções homologadas emitidas pela ANEEL, pelo Índice Nacional Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2022-2023, teve seu início no mês de junho de 2022, a RAP da Companhia é de R\$ 248.459,49. A homologação pela REH nº 3.067/2022. A ANEEL procedeu à revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última homologação ocorreu por meio da Resolução Homologatória nº 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,54% a RAP.						
5. Caixa e equivalentes de caixa:						
Caixa e depósitos bancários à vista	2022	2021				
Equivalentes de caixa (a)	8.398					
Investimentos						
Total	146.283	154.681				
(a) Referem-se a fundos de investimentos: CDB – Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e es sujeitas a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), logo, a rentabilidade da carteira varia conforme o CDI. No final de dezembro de 2022 equivale a 105,54% a.a. do CDI.						
6. Aplicações financeiras:						
Fundo de investimento (a)	2022	2021				
Cotas de fundos de investimento	46.879	176.71				
Total	46.879	176.71				
(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são gerenciados com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão de saneamento básico. São considerados investimentos de baixa volatilidade e sem exposição direta a títulos públicos, obrigações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela Companhia.						

Empresas	Nota	Exercício no resultado		Exercício no resultado		
		Ativo (Passivo)	receita (despesas)	Ativo (Passivo)	receita (despesas)	
Contas a receber (RAP)						
Entidade é membro do mesmo grupo econômico						
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	248	2.111	287	2.072	
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	425	3.706	533	3.973	
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	195	1.713	250	1.870	
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	164	1.389	173	1.280	
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEDE-D)	(a)	437	3.455	455	3.126	
Companhia de Eletricidade do Amapá	(a)	36	315	-	-	
CELG Distribuição S.A.	(a)	429	3.640	-	-	
Total		1.934	16.329	1.698	12.329	
Outras contas a receber						
Entidade é membro do mesmo grupo econômico						
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	3	3	-	-	
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	4	4	-	-	
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	1	1	-	-	
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	2	2	-	-	
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEDE-D)	(b)	12	12	-	-	
Outras contas a pagar						
Entidade é membro do mesmo grupo econômico						
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(190)	(760)	(226)	(736)	
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(57)	(264)	(81)	(302)	
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(52)	(109)	(29)	(82)	
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(22)	(95)	(4)	(79)	
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEDE-D)	(b)	(1)	(1)	-	-	
Companhia de Eletricidade do Amapá	(b)	(9)	(3)	-	-	
Integração Transmissora de Energia S.A. - Intesa	(b)	-	-	(2)	-	
Controladora direta						
Equatorial Transmissão S.A.	(b)	-	(3.708)	(1.527)	(4.753)	
Controladora indireta						
Equatorial Energia S.A.	(c)	(2.353)	(2.353)	-	-	
Total		(2.678)	(7.293)	(1.869)	(5.582)	
Contas a pagar						
Controladora direta						
Equatorial Transmissão S.A.	(d)	(9.962)	-	(16)	-	
Total		(9.962)	-	(16)	-	
(a) Valores se referem a RAP faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (b) Contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condicional, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de ratio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica nº 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 46500.00037/2018-91, as despesas liquidadas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato em questão se estabelece em três critérios objetivos de ratio: critério corporativo, critério distribuição e critério transmissão. Os custos totais dos critérios mencionados são rateados de acordo com as fórmulas previstas no contrato de compartilhamento; (c) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. (Contratante) e a Equatorial Energia S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do contrato de contrato garantido; e (d) A variação do período está demonstrada na nota explicativa nº 13 Dividendo a pagar.						
17. Remuneração de pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da Administração conta com três membros no Conselho da Administração e cinco membros na Diretoria Executiva, remunerados pela controladora, Equatorial Transmissão S.A. e companhias para as controladas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 488 (R\$ 979 em 31 de dezembro de 2021). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós-emprego; e d) remuneração baseada em ações. 22. Garantias: A Equatorial Energia S.A., controladora indireta, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia com fins ("") nos contratos de financiamentos, abaixo listados:						
Valor do financiamento (*) % do aval						
Instituição	Início	Término	Valor liberado	2022 (a)		
BNDES - Substituto A	411.280	10/05/2019	15/12/2042	406.592	50.217	
BNDES - Substituto A	411.280	10/05/2019	15/12/2042	406.592	53.332	
Total	822.560			813.184	1.03.549	
(a) Os valores atualizados dos empréstimos, estão líquidos do custo de captação. (") Referente à remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor. 8. Ativos de contrato: Os ativos de contrato estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:						
Saldo no início do exercício						
Remuneração de ativos de contrato			2.106.498	1.997.791		
Implementação da infraestrutura (a)			319.119	293.948		
Mantuição e operação			24.529	66.167		
Ativo de contrato - Perda de realização (b)			16.302	3.188		
Reconhecimento da RAP			(15.087)	(18.599)		
Saldo no final do exercício			2.192.340	2.106.498		
Circulante			270.051	306.773		
Não circulante			1.922.284	1.799.725		
a) O saldo dessa conta decorre da contratativa de Recolha de implementação e melhoria de infraestrutura reconhecida no exercício, conforme nota explicativa nº 15, cuja variação está diretamente relacionada aos custos de implementação da infraestrutura incorridos no exercício; e (b) Variações entre a margem oposta versus as variações de exercício; e (iii) variação nos custos operacionais.						
9. Empréstimos e financiamentos: 9.1. Composição dos saldos:						
Moeda nacional (R\$)		Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2022		Total
				Circulante	Não circulante	
BNDES		IPCA + 5,32%	Aval/Fiança + Recebíveis + Conta reserves + Penhor de Ações	48.032	1.097.534	1.145.566
(-) Custo de captação				(101)	(1.916)	(2.017)
Total				47.931	1.095.618	1.143.549
Moeda nacional (R\$)		Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2021		Total
				Circulante	Não circulante	
BNDES		IPCA + 5,32%	Aval/Fiança + Recebíveis + Conta reserves + Penhor de Ações	-	1.063.894	1.063.894
(-) Custo de captação				-	(2.117)	(2.117)
Total				-	1.061.777	1.061.777
9.2. Movimentação dos empréstimos:						
Passivo circulante		Passivo não circulante	Total	2022		Total
				Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de Dezembro de 2021		-	1.061.777	1.061.777		
Encargos		27.795	31.035	58.830		
Variação monetária		11.246	55.102	66.348		
Transferências		52.396	(52.396)			
Amortizações de principal		(18.541)		(18.541)		
Pagamentos de juros		(24.965)	-	(24.965)		
Custo de captação		-	100	100		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		47.931	1.095.618	1.143.549		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		-	910.365	910.365		
Encargos		-	51.084	51.084		
Variação monetária		-	100.227	100.227		
Custo de captação		-	101	101		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		-	1.061.777	1.061.777		
9.3. Cronograma de amortização da dívida: Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:						
Vencimento		2022		%		
		Valor				
Circulante		47.931		4%		
2024		46.111		4%		
2025		47.050		4%		
2026		48.040		4%		
2027		49.082		4%		
Até 2042		907.251		80%		
Subtotal		1.097.534		96%		
Custo de captação (Não circulante)		(1.916)		0%		
Não circulante		1.095.618		96%		

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 4 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 26.845.933/0001-28

	2022		2021		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	183.969	183.969	123.454	123.454	
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%	
Pela alíquota fiscal (A)	45.992	16.557	30.866	11.112	
Adições:					
Custo de construção - CPC 47	4.110	1.480	14.853	5.347	
Remuneração e RAP - Ativos de contrato (a)	52.638	18.950	47.823	17.216	
Outras provisões	-	-	-	-	
Total de adições (B)	56.748	20.430	62.676	22.563	
Exclusões:					
Receta de construção - CPC 47	(76.314)	(28.193)	(87.877)	(31.636)	
Outras exclusões	(98)	(34)	-	-	
Outras provisões permanentes	(25)	-	(25)	-	
Total de exclusões (C)	(76.437)	(28.227)	(87.902)	(31.636)	
Compensações					
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - realizados (D)	(3.807)	(2.629)	-	(612)	
Deduções					
(-) IRPJ/abundância governamental (E) (b)	(20.496)	-	(5.640)	-	
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício (A+B+C+D+E)	(25.373)	(6.131)	(14.27)	(1.427)	
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	(25.373)	(10.392)	(25.201)	(9.685)	
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	(25.373)	(16.523)	(25.201)	(11.112)	
Alíquota efetiva	14%	9%	20%	9%	
(a) Ajuste realizado nos termos dos artigos 166 e 169 da Lei n. 17.007/2017. (b) Vide nota 3.1.4.10.2. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos:					
	Saldo em 2021	Reconhecimento no resultado	Valor líquido 2022	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	21.378	(3.807)	17.571	17.571	-
Base negativa de CSLL	7.084	(2.629)	4.455	4.455	-
Custo de construção - CPC 47	419.370	5.590	424.960	424.960	-
Remuneração e RAP	75.305	71.588	146.893	146.893	-
Receta de construção - CPC 47	(279.974)	(106.507)	(909.618)	-	(909.618)
Total	-	(35.765)	(315.739)	593.879	(909.618)

10.3. Movimentação do imposto de renda e contribuição social a recolher:				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	11
IRPJ e CSLL correntes do exercício	-	-	-	1.427
Trabalhos retidos/antecipações IRCS	-	-	-	(146)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	1.292
IRPJ e CSLL correntes do exercício	-	-	-	6.754
Trabalhos retidos/antecipações IRCS	-	-	-	(2.168)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	7.231

10.4. Expectativa de recuperação - Prejuízo fiscal e base negativa: Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2024, conforme demonstrado abaixo:				
	2022	2023	2024	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos a realizar	6.753	10.040	5.233	22.026

11. PIS e COFINS diferidos:	
Base de cálculo da receita	
Receta de implementação e melhoria de infraestrutura	24.529
Receta de ativos de contrato no exercício	319.119
Pela realização dos ativos de contrato	(15.087)
PIS/COFINS sobre as receitas do exercício (9,25%) (i)	328.561
Amortização de PIS/COFINS (ii) (a)	30.392
Saldo no início do exercício (iii)	(9.078)
Saldo no final do exercício (i + ii - iii)	21.136
Circulante	232.850
Non circulante	9.602
Total	223.248
(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído na base de construção conforme recebimento da RAP mensal. 12. Provisão para riscos judiciais: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, não analisou das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. 12.1. Ambientais: Existem contingências ambientais, cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2022 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais formadas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 71 (R\$ 53 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foi constituída provisão. 12.2. Cíveis: Existem contingências cíveis, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2022 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais formadas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 389 (R\$ 151 em 31 de dezembro de 2021) para os quais não foi constituída provisão. 13. Dividendos a pagar: Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos foram calculados conforme a seguinte demonstração:	
Lucro líquido do exercício	142.073
(-) Reserva de incentivo fiscal	(20.496)
Lucro líquido ajustado	115.498
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	1.155
Realização da Reserva de Lucros a Realizar - Dividendos mínimos	8.807
Dividendos intermediários distribuídos	157.831
Dividendos adicionais propostos	8.524
Total dividendos	176.317
A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Dividendos adicionais distribuídos de 2020	1.893
Dividendos mínimos obrigatórios de 2020	22.656
Pagamento de dividendos no exercício	(24.549)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	9.663
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	1.155
Dividendos intermediários distribuídos de 2022	157.831
Dividendos da reserva de lucro a realizar	8.807
Pagamento de dividendos no exercício	(167.510)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.962
O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal", e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de Incentivos Fiscais da "base de cálculo" da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.793/13, que revogou artigos da Lei nº 11.941/09. 14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 213.199, e o total integralizado é de R\$ 209.694. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital está representado por 213.199,72 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissora S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 213.199, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. 14.2. Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de lucros é constituída por:	
Reserva de incentivos fiscais	(a) 26.136
Reserva legal	(b) 33.575
Reserva de lucros a realizar	(c) 410.456
Reserva para investimentos e expansão	(d) 24.649
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e) 8.524
Total	503.340
a. Reserva de Incentivos Fiscais. É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para despesas recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva é de R\$26.136 (R\$55.640 em 31 de dezembro de 2021), a movimentação do exercício de R\$20.496 contempla o efeito do artigo 195-A da Lei nº 11.941/09. 14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 213.199, e o total integralizado é de R\$ 209.694. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital está representado por 213.199,72 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissora S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 213.199, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. 14.2. Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de lucros é constituída por:	
Reserva de incentivos fiscais	(a) 26.136
Reserva legal	(b) 33.575
Reserva de lucros a realizar	(c) 410.456
Reserva para investimentos e expansão	(d) 24.649
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e) 8.524
Total	503.340
a. Reserva de Incentivos Fiscais. É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para despesas recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva é de R\$26.136 (R\$55.640 em 31 de dezembro de 2021), a movimentação do exercício de R\$20.496 contempla o efeito do artigo 195-A da Lei nº 11.941/09. 14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 213.199, e o total integralizado é de R\$ 209.694. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital está representado por 213.199,72 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissora S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 213.199, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. 14.2. Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de lucros é constituída por:	
Reserva de incentivos fiscais	(a) 26.136
Reserva legal	(b) 33.575
Reserva de lucros a realizar	(c) 410.456
Reserva para investimentos e expansão	(d) 24.649
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e) 8.524
Total	503.340
a. Reserva de Incentivos Fiscais. É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para despesas recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva é de R\$26.136 (R\$55.640 em 31 de dezembro de 2021), a movimentação do exercício de R\$20.496 contempla o efeito do artigo 195-A da Lei nº 11.941/09. 14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 213.199, e o total integralizado é de R\$ 209.694. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital está representado por 213.199,72 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissora S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 213.199, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. 14.2. Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de lucros é constituída por:	
Reserva de incentivos fiscais	(a) 26.136
Reserva legal	(b) 33.575
Reserva de lucros a realizar	(c) 410.456
Reserva para investimentos e expansão	(d) 24.649
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e) 8.524
Total	503.340
a. Reserva de Incentivos Fiscais. É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para despesas recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva é de R\$26.136 (R\$55.640 em 31 de dezembro de 2021), a movimentação do exercício de R\$20.496 contempla o efeito do artigo 195-A da Lei nº 11.941/09. 14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 213.199, e o total integralizado é de R\$ 209.694. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital está representado por 213.199,72 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissora S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 213.199, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. 14.2. Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de lucros é constituída por:	
Reserva de incentivos fiscais	(a) 26.136
Reserva legal	(b) 33.575
Reserva de lucros a realizar	(c) 410.456
Reserva para investimentos e expansão	(d) 24.649
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e) 8.524
Total	503.340
a. Reserva de Incentivos Fiscais. É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para despesas recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva é de R\$26.136 (R\$55.640 em 31 de dezembro de 2021), a movimentação do exercício de R\$20.496 contempla o efeito do artigo 195-A da Lei nº 11.941/09. 14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 213.199, e o total integralizado é de R\$ 209.694. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital está representado por 213.199,72 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissora S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 213.199, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. 14.2. Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de lucros é constituída por:	
Reserva de incentivos fiscais	(a) 26.136
Reserva legal	(b) 33.575
Reserva de lucros a realizar	(c) 410.456
Reserva para investimentos e expansão	(d) 24.649
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e) 8.524
Total	503.340
a. Reserva de Incentivos Fiscais. É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para despesas recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva é de R\$26.136 (R\$55.640 em 31 de dezembro de 2021), a movimentação do exercício de R\$20.496 contempla o efeito do artigo 195-A da Lei nº 11.941/09. 14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 213.199, e o total integralizado é de R\$ 209.694. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital está representado por 213.199,72 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissora S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 213.199, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. 14.2. Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de lucros é constituída por:	
Reserva de incentivos fiscais	(a) 26.136
Reserva legal	(b) 33.575
Reserva de lucros a realizar	(c) 410.456
Reserva para investimentos e expansão	(d) 24.649
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e) 8.524
Total	503.340
a. Reserva de Incentivos Fiscais. É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para despesas recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva é de R\$26.136 (R\$55.640 em 31 de dezembro de 2021), a movimentação do exercício de R\$20.496 contempla o efeito do artigo 195-A da Lei nº 11.941/09. 14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 213.199, e o total integralizado é de R\$ 209.694. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital está representado por 213.199,72 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissora S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 213.199, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. 14.2. Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de lucros é constituída por:	
Reserva de incentivos fiscais	(a) 26.136
Reserva legal	(b) 33.575
Reserva de lucros a realizar	(c) 410.456
Reserva para investimentos e expansão	(d) 24.649
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e) 8.524
Total	503.340
a. Reserva de Incentivos Fiscais. É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para despesas recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva é de R\$26.136 (R\$55.640 em 31 de dezembro de 2021), a movimentação do exercício de R\$20.496 contempla o efeito do artigo 195-A da Lei nº 11.941/09. 14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 213.199, e o total integralizado é de R\$ 209.694. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital está representado por 213.199,72 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissora S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 213.199, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. 14.2. Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de lucros é constituída por:	
Reserva de incentivos fiscais	(a) 26.136
Reserva legal	(b) 33.575
Reserva de lucros a realizar	(c) 410.456
Reserva para investimentos e expansão	(d) 24.649
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e) 8.524
Total	503.340
a. Reserva de Incentivos Fiscais. É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para despesas recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva é de R\$26.136 (R\$55.640 em 31 de dezembro de 2021), a movimentação do exercício de R\$20.496 contempla o efeito do artigo 195-A da Lei nº 11.941/09. 14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 213.199, e o total integralizado é de R\$ 209.694. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital está representado por 213.199,72 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissora S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 213.199, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. 14.2. Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de lucros é constituída por:	
Reserva de incentivos fiscais	(a) 26.136
Reserva legal	(b) 33.575
Reserva de lucros a realizar	(c) 410.456
Reserva para investimentos e expansão	(d) 24.649
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e) 8.524
Total	503.340
a. Reserva de Incentivos Fiscais. É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para despesas recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva é de R\$26.136 (R\$55.640 em 31 de dezembro de 2021), a movimentação do exercício de R\$20.496 contempla o efeito do artigo 195-A da Lei nº 11.941/09. 14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 213.199, e o total integralizado é de R\$ 209.694. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital está representado por 213.199,72 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissora S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 213.199, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. 14.2. Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de lucros é constituída por:	
Reserva de incentivos fiscais	(a) 26.136
Reserva legal	(b) 33.575
Reserva de lucros a realizar	(c) 410.456
Reserva para investimentos e expansão	(d) 24.649
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e) 8.524
Total	503.340
a. Reserva de Incentivos Fiscais. É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para despesas recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva é de R\$26.136 (R\$55.640 em 31 de dezembro de 2021), a movimentação do exercício de R\$20.496 contempla o efeito do artigo 195-A da Lei nº 11.941/09. 14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 213.199, e o total integralizado é de R\$ 209.694. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital está representado por 213.199,72 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissora S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 213.199, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. 14.2. Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de lucros é constituída por:	
Reserva de incentivos fiscais	(a) 26.136
Reserva legal	(b) 33.575
Reserva de lucros a realizar	(c) 410.456
Reserva para investimentos e expansão	(d) 24.649
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e) 8.524
Total	503.340
a. Reserva de Incentivos Fiscais. É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para despesas recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva é de R\$26.136 (R\$55.640 em 31 de dezembro de 2021), a movimentação do exercício de R\$20.496 contempla o efeito do artigo 195-A da Lei nº 11.941/09. 14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 213.199, e o total integralizado é de R\$ 209.694. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital está representado por 213.199,72 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissora S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 213.199, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. 14.2. Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de lucros é constituída por:	
Reserva de incentivos fiscais	(a) 26.136
Reserva legal	(b) 33.575
Reserva de lucros a realizar	(c) 410.456
Reserva para investimentos e expansão	(d) 24.649
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e) 8.524
Total	503.340
a. Reserva de Incentivos Fiscais. É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para despesas recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva é de R\$26.136 (R\$55.640 em 31 de dezembro de 2021), a movimentação do exercício de R\$20.496 contempla o efeito do artigo 195-A da Lei nº 11.941/09. 14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 213.199, e o total integralizado é de R\$ 209.694. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital está representado por 213.199,72 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissora S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 213.199, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. 14.2. Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de lucros é constituída por:	
Reserva de incentivos fiscais	(a) 26.136
Reserva legal	(b) 33.575
Reserva de lucros a realizar	(c) 410.456
Reserva para investimentos e expansão	(d) 24.649
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e) 8.524
Total	503.340
a. Reserva de Incentivos Fiscais. É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para despesas recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva é de R\$26.136 (R\$55.640 em 31 de dezembro de 2021), a movimentação do exercício de R\$20.496 contempla o efeito do artigo 195-A da Lei nº 11.941/09. 14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 213.199, e o total integralizado é de R\$ 209.694. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital está representado por 213.199,72 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissora S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 213.199, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. 14.2. Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de lucros é constituída por:	
Reserva de incentivos fiscais	(a) 26.136
Reserva legal	(b) 33.575
Reserva de lucros a realizar	(c) 410.456
Reserva para investimentos e expansão	(d) 24.649
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e) 8.524
Total	503.340
a. Reserva de Incentivos Fiscais. É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para despesas recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 1	

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 4 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 26.845.393/0001-28

executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados à implantação das obras. Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de grande porte. **g) Gestão do capital.** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis em níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. Companhia entende que estruturaram as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentro e fora do capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo. **19. Demonstração dos fluxos de caixa: 19.1 Transações que não afetam caixa.** O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou

seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Atividades de financiamento				
Dividendos adicionais propostos 2021		9.663		
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		1.155		
Constituição de dividendos intermediários		157.831		
Dividendos da reserva de lucros a realizar		8.807		
		177.456		

19.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento				
	2021	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**) 2022
Empréstimos e financiamentos	1.061.777	(18.541)	(24.965)	125.278
Dividendos a pagar	16	(167.510)		177.456
	1.061.793	(186.451)	(24.965)	302.734

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais. (**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dividas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros e dividendos a pagar no final do exercício. **20. Eventos subsequentes: Distribuição de dividendos adicionais.** Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de

Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 8.524, decorrentes do resultado do exercício. **Decisão do STF sobre "coisa julgada" em matéria tributária.** Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma contumeliosa, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuará monitorando a evolução do assunto.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Augusto Miranda da Silva Júnior; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima; José Silva Sobral Neto; **DIRETORIA EXECUTIVA:** Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor Financeiro / Relação com os Investidores; Cristiano de Lima Logrado - Diretor; Aliton Costa Ferreira - Diretor; Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor; Geovane Ximenes de Lira - Superintendente - Contador - CRC PE 012996-3 S-DF.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícito que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) o custo aplicado, verificação de índices de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionais aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; e a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos.** Demonstração do valor adicionado. A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do auditor.** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos obrigados a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório

de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porue as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 29 de março de 2023.
ERNST & YOUNG
Auditor Independente S/S Ltda.
CRC CE-001042/F-
Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE0298-3



Op Conselho de Administração e Diretoria da Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. – Distrito Federal. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração de ativos contratuais de transmissão.** Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia possa a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 2.192.340. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou inputs necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 20/04/2023

Documento assinado e
certificado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001. A
autenticidade pode ser
conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o QR code para acessar a página de
Publicidade Legal no portal do Jornal de
Brasília ou acesse o link
jornaldebrasil.com.br/publicidade-legal/

